

D. JOSÉ DA COSTA NUNES (1880-1976): UM CARDEAL NO ORIENTE *

SUSANA GOULART COSTA **

1. Introdução

A 5 de Dezembro de 1976, o *Osservatore Romano* publicava uma nota a propósito do falecimento de D. José da Costa Nunes, considerando-o uma «figura excepcional», imbuído de um «zelo ardente pela causa de Deus e coragem intrépida em defendê-la»¹. D. José da Costa Nunes é, com efeito, uma figura relevante no contexto da secular presença do Catolicismo no Oriente, entrelaçando, no seu longo percurso de 96 anos de vida, inúmeras vicissitudes das histórias nacional e internacional².

Como homem da Igreja, é herdeiro de oito séculos de história portuguesa ligada ao proselitismo religioso que, no arquipélago dos Açores, tem

* Comunicação apresentada em Agosto de 2005, na freguesia de S. Mateus da ilha do Pico, integrada nas festas religiosas dedicadas a este santo.

** Universidade dos Açores.

¹ *Cardeal D. José da Costa Nunes. In memoriam no centenário do nascimento (1880-1980)*, Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1980, p. 125.

² Urge uma biografia minuciosa de D. José da Costa Nunes, tal como já em 1980 afirma o Padre José Machado Lourenço. Neste ano, este sacerdote toma a iniciativa de publicar uma colectânea de pequenos textos aquando do centenário do nascimento do cardeal (ver nota *supra*). Acompanhada por um conjunto de fotografias valiosas e de outros documentos, esta homenagem inclui 38 escritos, alguns deles publicados anteriormente, de autoria de uma elite portuguesa diversificada, entre religiosos e seculares, como é o caso do padre António Brásio; do padre António da Silva Rego, de D. José Vieira Alvernaz; de D. José Colaço; de Eduardo Brasão e de Vitorino Nemésio. Com um profundo carácter saudosista e manifestando uma exaltação arreigada da figura do homenageado, a obra torna-se um instrumento útil para o conhecimento da obra e da vida de D. José.

algumas figuras de destaque, logo desde os primeiros tempos do povoamento ³. No século XVI realça-se D. Frei João Estaco, bispo de Puebla de Los Angeles, no México. No século XVII, D. Frei Afonso Enes de Beneditos torna-se bispo de Meliapor; D. Frei Cristóvão da Silveira torna-se primaz do Oriente e D. Frei Bartolomeu do Pilar, bispo do Grão-Pará, no Brasil. No século XVIII, sobressaem D. António Taveira Brum da Silveira, arcebispo de Goa e primaz do Oriente; D. Frei Bartolomeu do Pilar, bispo do Grão-Pará; e D. Manuel de Sousa Enes, antístite de Macau. No século XX, novos açorianos contribuem para a evangelização católica no mundo, designadamente no Oriente, como D. João Paulino de Azevedo e Castro, bispo de Macau; D. Manuel de Medeiros Guerreiro, prelado de Meliapor e de Nampula; D. José Vieira Alvernaz, antístite de Cochim, arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais; D. Paulo José Tavares, bispo de Macau; D. Arquimínio Rodrigues da Costa; bispo de Macau; e D. Jaime Garcia Goulart, primeiro prelado de Díli. Nos Estados Unidos da América, merece referência a figura de D. Humberto de Sousa Medeiros, cardeal de Boston.

Estes nomes mais destacados inserem-se no contexto mais abrangente do clero insular, composto por sacerdotes ignotos, mas que contribuíram para a evangelização insular e ultramarina. Na verdade, as ilhas dos Açores foram, numa primeira instância, áreas de missão para mais tarde se tornarem zonas produtoras de missionários.

Neste contexto, José da Costa Nunes é herdeiro de uma realidade com mais de 400 anos na história açoriana, em geral, e da picoense, em particular. Com efeito, se considerarmos os processos de dotes de património dos candidatos ao sacerdócio no arquipélago dos Açores ⁴ e as listas de

³ Para a história do proselitismo, veja-se, como síntese, a entrada de Luís Filipe Thomaz, “Missões” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. III, p. 205-221. Incontornáveis são as Actas do Congresso Internacional de História “Missionação e Encontro de Culturas”, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, 4 volumes.

⁴ Os processos de dotes de património eclesiástico dos Açores encontram-se no Arquivo e Biblioteca Pública Regional de Angra do Heroísmo. É uma documentação muito interessante para o estudo de uma das etapas do sacramento da Ordem, permitindo analisar os meandros sociais, económicos e culturais dos jovens que pretendiam ingressar no estado eclesiástico. Todavia, em Portugal, esta é uma documentação que não tem atraído a atenção dos investigadores, apesar das suas potencialidades quer *per si* quer quando relacionada com outro tipo de fontes documentais. Relacionado com este assunto, apenas

ingressos no Seminário de Angra, fundado em 1862 ⁵, teremos um enquadramento quantitativo aproximado do volume de pretendentes à vida eclesiástica dos Açores, entre 1680-1900, como ilustra o Gráfico I ⁶.

Neste período, num total de 3297 indivíduos naturais do arquipélago que ingressam na vida religiosa secular, contabilizamos 407 jovens naturais do Pico, ou seja, 12,3%. Na época de José da Costa Nunes, a carreira sacerdotal continua a ser um recurso profissional operacional: entre 1872 e 1909, cerca de 20% dos seminaristas açorianos são oriundos desta ilha ⁷.

Nos Açores, onde o desenvolvimento económico de finais do século XIX apenas beneficiava as ilhas com maior índice demográfico (S. Miguel e Terceira ⁸), as parcelas mais periféricas eram muito sensíveis às oscilações económicas, que debilitavam, em primeira instância, a população

conhecemos o artigo Fernando Taveira da Fonseca, “Origem social do clero conimbricense no século XVI (1581-1585)”, *Actas do Simpósio Internacional Comemorativo do IV Centenário da morte de João de Ruão*, Coimbra, 1982. No nosso trabalho dedicado à religiosidade setecentista, dedicámos particular atenção ao percurso inicial da carreira sacerdotal, apesar de apenas incidir sobre a maior ilha açoriana. É um projecto de investigação que esperamos, brevemente, dar continuidade (cf. *Viver e Morrer Religiosamente. Ilha de São Miguel, século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007, I PARTE, II Capítulo).

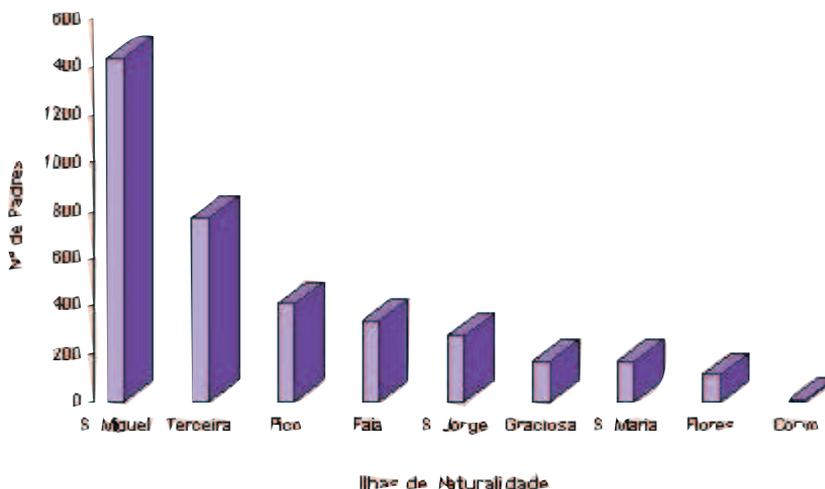
⁵ A partir de 1872, é possível identificar os nomes dos seminaristas através das listagens publicadas nos volumes do *Boletim do Governo Eclesiástico dos Açores*, imprescindíveis para a análise da dinâmica pastoral da diocese açoriana desde então. Os índices deste periódico oficial da diocese de Angra encontram-se publicados em três volumes, que cobrem o período de 1872 a 1952, coligidos por Octávio de Medeiros, *A Igreja nos Açores no último quartel do século XIX*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1996; *A Igreja nos Açores no primeiro quartel do século XX*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1997; e IDEM, *A Igreja nos Açores no segundo quartel do século XX*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1998.

⁶ Não existem dados para os períodos anteriores.

⁷ Naturalmente, há que atender que nem todos os tonsurados alcançam a dignidade de presbítero e, deste modo, as estatísticas que descobrem “vocações” baseadas nesta documentação pecam por excesso. Este é um trabalho que está por fazer. Contudo, não desprezemos o quantitativo dos indivíduos que não completam as sete etapas do sacramento da Ordem, pois ele espelha a diacronia que a atracção pela carreira eclesiástica apresenta e desvenda motivos de desistência e respectivos agentes.

⁸ Mesmo assim, um desenvolvimento parcial e ocasional, pois nestas duas ilhas há um elevado sector social que continua dependente de grupos económicos fortes, detentores da maior parte da propriedade insular, numa época em que a agricultura é a principal actividade económica e que ocupa mais de 60% dos trabalhadores activos. O grande número de assalariados e a elevada taxa de emigração são apenas dois elementos que comprovam o quão frágil é a população açoriana com escassos recursos económicos.

GRÁFICO I
Nº DE AÇORIANOS CANDIDATOS À VIDA CLERICAL
1680-1900



FONTES: B.P.A.R.A.H., Secção VI, *Cartório da Mitra de Angra*, Patrimónios. Octávio de Medeiros, *A Igreja nos Açores no último quartel do século XIX*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1996; *A Igreja nos Açores no primeiro quartel do século XX*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1997; e IDEM, *A Igreja nos Açores no segundo quartel do século XX*, Povoação, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 1998.

mais carenciada. No Pico, os anos áureos da comercialização da produção vinícola já estavam longe, após a erupção das pragas do *oídium* e da filoxera que, a partir de 1852, destruíram as castas até então existentes.

Nesta ilha, em que os recursos económicos alternativos à vinha eram escassos ⁹, a vida religiosa, quer masculina, quer feminina (estratégia secular utilizada nos Açores desde o seu povoamento, nos finais do século XV), e a emigração, primeiro para o Sul do Brasil e depois para o Canadá e

⁹ A ilha do Pico é, do ponto de vista geológico, a mais nova do arquipélago dos Açores. Por isso, o solo é muito basáltico, como se verifica pelas amplas extensões de pedra de lava que impedem uma actividade agrícola eficaz. A orla recortada e a localização periférica desta ilha são duas agravantes para a fragilidade económica que depauperou os picoenses e cujos efeitos são visíveis até à actualidade.

Estados Unidos da América (fenómeno identificável a partir do século XVIII, mas com maior incidência no século XX) eram as duas estratégias mais utilizadas para a sobrevivência económica de muitos açorianos, utilizadas por diversos núcleos familiares, na tentativa de aliviarem o encargo que consistia o sustento da prole, particularmente difícil perante uma descendência numerosa ¹⁰.

A escolha dos jovens pela carreira eclesiástica é o resultado de vontades pessoais, aquilo que hoje em dia poderíamos designar de “vocação”; e de pressões familiares, mas também espelha o que designamos como “genética sacerdotal”. Na verdade, verificamos que há uma tendência para, dentro da mesma família, diversos membros masculinos se dedicarem à vida religiosa, numa passagem de testemunho que, geralmente, passa de tio para sobrinho, com vários graus de afinidade ¹¹. Este facto é visível na família dos Costa Nunes, pois José era sobrinho em segundo grau do Padre António da Glória, cura e vigário da Candelária entre os anos de 1809 a 1856. Por sua vez, nesta mesma freguesia, a influência de José da Costa Nunes levou a que alguns dos seus descendentes fossem atraídos para o sacerdócio. É o caso dos padres Áureo da Costa Nunes e Castro; Manuel da Costa Nunes; e António Maria Nunes da Costa, sobrinhos de D. José, e do bispo Jaime Garcia Goulart, seu primo. Aliás, D. José da Costa Nunes não se limita somente a influenciar a rede familiar, pois no decurso da sua estadia no Oriente leva onze jovens açorianos para estudarem no Seminário de Macau (oito terceirenses, dois picoenses e um faialense), nove dos quais seguiram a carreira eclesiástica.

¹⁰ Muitos dos sacerdotes picoenses associarão a vida religiosa com a emigração. Indique-se que, nos séculos XIX e inícios do XX, há 45 picarotos que desenvolvem actividades pastorais fora dos Açores, destacando-se os 27 padres que se dirigem para os Estados Unidos da América. Em segundo lugar, individualiza-se o Oriente, para onde se dirigem 14 sacerdotes. O Brasil (dois padres), África (um) e o Canadá (um) são manifestamente menos apelativos.

¹¹ Decerto um prolongamento de uma tendência que desde há muito se verificaria, como pudemos observar ao longo do século XVIII, para a ilha de S. Miguel (cf. *Viver e Morrer Religiosamente*, já cit., I PARTE, II Capítulo).

2. Percursos de uma vida: a biografia real

D. José da Costa Nunes nasce a 15 de Março de 1880, na ilha do Pico (Açores), filho de José da Costa Nunes e de Francisca Felizarda de Castro. É o terceiro filho do casal, mas o primeiro rapaz, pois o primogénito, Cândido da Costa Nunes, tinha falecido três anos antes, apenas com um ano de idade.

Nos anos seguintes, o jovem José e a sua irmã mais velha, Ana Felizarda, assistiram ao aumento da prole paterna, que ficaria com mais seis elementos, todos eles baptizados com o sobrenome do pai, Costa Nunes: quatro rapazes (João, que nasce em 1882, dois anos depois de José; Manuel, em 1886; Cândido, em 1890, que recebe o nome do varão falecido; e Francisco, em 1892) e duas meninas (Isabel Felizarda, que nasce em 1884; e Francisca Felizarda, a mais nova da família, que nasce em 1896, dezasseis anos depois de José). Todos estes filhos sobreviveram até à idade adulta, construindo o agregado familiar de dez pessoas, factor que terá sido fundamental para o futuro do nosso biografado. Com efeito, a família Costa Nunes é um exemplo perfeito da realidade insular de finais do século XIX e inícios do século XX: José seguirá a vida eclesiástica, os seus quatro irmãos emigram para os Estados Unidos da América, apenas uma irmã contrai casamento e as restantes duas irmãs ficam solteiras, recurso com uma dupla funcionalidade: impedir a dispersão dos bens familiares que, de contrário, seriam escoados no dote matrimonial; e garantir companhia aos pais nos tempos da velhice. Esta competência feminina, aliás, que se justificava pela necessidade de administrar as casas com grandes agregados familiares, é uma tónica permanente. A parentela feminina (filhas, netas, sobrinhas e primas) é utilizada como “dama de companhia” dos elementos masculinos. Natural terá sido, pois, que a irmã mais nova de José, Francisca Felizarda da Costa Nunes, tenha sido o seu principal apoio familiar, acompanhando-o em Goa e em Roma.

Além do contexto económico e social da época, o ambiente espiritual doméstico também pressionou a vida futura de José. A sensibilidade cristã da sua família, que o mesmo, alguns anos mais tarde, caracterizará como “modesta mas rica de sentimentos religiosos” terá tido uma influência marcante¹². Assim, desde muito cedo, este jovem demonstra em abraçar a vida religiosa, como mais tarde confessará no seu testamento, afirmando que “desejei desde criança ser padre”¹³.

¹² *Cardeal D. José da Costa Nunes. In memoriam*, já cit., p. 215.

¹³ *Ibidem*.

Assegurada a vocação para o sacerdócio de José da Costa Nunes, era necessário facultar-lhe a instrução necessária. É curioso ver a nota redigida pelo pároco da freguesia da Candelária, o padre Manuel Moniz Madruga, atestando a probidade de José, que considera ter uma “vida exemplar frequentando com edificante piedade, rara numa idade de 13 anos, os sacramentos da Penitência e Eucaristia em todas as primeiras sextas-feiras do mês desde a primeira comunhão, e que tem dado sinal de muita vocação para a vida eclesiástica revelando uma inteligência nada vulgar para as letras”¹⁴. Este é o primeiro registo escrito que conhecemos que realça os dons para a oralidade e para a escrita do futuro cardeal, características que, pelos vistos, já causavam alguma estranheza num jovem tão novo.

Em 1893, depois de ter realizado o exame de admissão aos liceus na cidade da Horta (Faial), José da Costa Nunes é enviado para o Seminário Episcopal, localizado na ilha Terceira, para dar continuidade aos seus estudos. Ao fim de oito anos, recebe a prima tonsura e as ordens menores.

Durante a sua estadia na ilha Terceira, o jovem José continuou a distinguir-se pelas suas qualidades intelectuais e morais dos demais colegas de formação, as quais seriam determinantes na alteração do rumo que a sua vida teria aos 21 anos de idade. Com efeito, em 1902, o vice-reitor do Seminário, Dr. João Paulino de Azevedo e Castro, também natural do Pico, da vila das Lajes, é nomeado bispo de Macau. A postura de José, que o individualizava entre os demais seminaristas, leva a que o novo bispo o convide a acompanhá-lo a Macau, na qualidade de seu secretário particular. Depois de alguma resistência, pois o convite obrigá-lo-ia a alterar completamente o trilho que tinha traçado para si, José decide aceitar o desafio. Assim, depois da primeira etapa da viagem no navio *Açor* o levar até Lisboa, com os 22 anos já feitos, parte para Macau a 23 de Março de 1902, onde chegará três meses depois, a 4 de Junho de 1902.

Todo o ano de 1903 é dedicado a completar a sua formação, pois faltavam-lhe os três graus para a obtenção do presbiterado, que alcança em Julho deste ano, celebrando a sua missa nova na igreja de S. Agostinho, em Macau.

No início do verão seguinte, em 1904, parte para as missões de Singapura e Malaca como secretário de D. João Paulino. Terá sido o contacto pessoal com a realidade local que o fez alterar os seus objectivos. Na verdade, muitos anos mais tarde, o Cardeal confessa publicamente que, depois das primeiras resistências, apenas tinha acedido a ir para Macau

¹⁴ *Ibidem*, p. 16.

com o propósito de ganhar experiência para depois regressar à Europa e ingressar na Universidade Gregoriana, para aqui ser professor, propósito último da sua vontade. Ora, pensando ficar apenas dois anos em Macau, acaba por permanecer cerca de meio século. Deste modo, vemos como os desafios que encontrou foram demasiado apelativos para que os abandonasse em prol da vida cosmopolita europeia, como tinha pensado primeiro.

Acreditamos, pois, que o apelo missionário foi demasiado forte para a personalidade do recém sacerdote. A sua sensibilidade missionária prolonga a tradição secular portuguesa, cujas origens remontam ao século XII, em pleno período de Reconquista Cristã, em que se tentava converter os mouros à medida que se avançava para o sul do futuro Portugal. A segunda etapa missionária data dos Descobrimentos. Não há dúvida que um dos principais objectivos da expansão Portuguesa foi a divulgação da fé cristã, considerada pelo poder político como uma metodologia fundamental para a aproximação inter cultural, capaz de promover o desenvolvimento e a consolidação das relações sociais e económicas, principalmente com as populações costeiras.

Em África e no Oriente, a tarefa evangelizadora era, aliás, uma obrigação moral dos descobridores portugueses, uma vez que se acreditava que, algures em África, existia o reino cristão do Prestes João e que a Índia tinha um núcleo de cristãos que sobrevivera desde a evangelização do apóstolo S. Tomé. Assim, era uma incumbência natural reatar os laços entre estas populações cristãs, isoladas no seio de muçulmanos e hindus, e os europeus seguidores da verdadeira fé.

No Oriente, tal como nas demais áreas da expansão portuguesa, a divulgação da fé romana teve como contributo fundamental a missão das ordens mendicantes, primeiramente Franciscanos e Dominicanos, e depois dos Jesuítas¹⁵. A convite de D. João III, os jesuítas (ordem criada em 1534, ano relevante para a história insular, pois a vila de Angra foi elevada a cidade, onde se fundará, neste mesmo ano, a diocese dos Açores), desenvolvem uma acção missionária potente que, ainda no decurso do século XVI, se espalham por Macau e Japão, e que tem como principal figura Francisco Xavier, que desembarca em Goa em 1542, cuja vida foi muito inspiradora para D. José. O século XVI é, sem dúvida, um período áureo para a missão no Oriente, salvaguardada pelas benesses afectas ao

¹⁵ Impossível, num artigo desta dimensão, listar todas as obras produzidas sobre a Expansão Portuguesa no Oriente. Para lá das obras de carácter geral, os inúmeros trabalhos de Luís Filipe Thomaz são uma referência incontornável.

Padroado português¹⁶. No entanto, a partir do século seguinte, a concorrência de outros países europeus, nomeadamente a Inglaterra, a Holanda e a França, faz com que Portugal comece a perder poder económico e político em várias zonas ultramarinas.

Ao mesmo tempo, a ampla extensão dos territórios colonizados e a fragilidade dos recursos demográficos e económicos do reino impediam que Portugal garantisse, com a eficácia desejada pelo Papado, a evangelização de toda a Ásia. Assim, Portugal tem de lidar com a rivalidade missionária provocada pela criação da Propaganda Fide, pela Santa Sé, em 1622, com óbvias consequências nefastas para o Padroado.

No século XVIII, o racionalismo iluminista divulga novas referências e o espírito das missões é objecto de diversas críticas oriundas de vários sectores da sociedade portuguesa. A expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, é um dos símbolos mais ilustrativos deste processo, cujo corolário data de 1834, quando as leis liberais ordenam a abolição de todas as congregações e associações religiosas, nacionalizando todos os seus bens. As consequências destas movimentações político-ideológicas são desastrosas para o vigor da religião cristã no Oriente, embora em escalas diferentes. Assim, se em 1740, Timor tinha 18 dominicanos responsáveis pelas missões, em 1811 já não tem nenhum¹⁷. Goa também assiste ao relaxamento da prática religiosa, principalmente nos conventos e mosteiros, embora consiga assegurar algum serviço pela existência de um clero autóctone que, entretanto, tinha sido formado¹⁸.

¹⁶ Para a história do Padroado, veja-se a entrada de Nuno da Silva Gonçalves, “Padroado” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. III, 2000, p. 364-368. A bibliografia aqui indicada permite uma análise aprofundada desta temática, com o óbice da maioria dela ser anterior à década de 1950 e, portanto, fruto de um contexto sócio-cultural muito específico. Urge, pois, uma renovação dos estudos sobre o Padroado Português.

¹⁷ Para a história de Timor, veja-se o estudo de Artur Teodoro de Matos, *Timor Português, 1515-1769. Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

¹⁸ Para o estudo da Igreja e da religiosidade goesas, veja-se o trabalho de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista: tradição e modernidade (1750-1800)*, 2ª edição, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1999. Vejam-se também as suas publicações sobre D. António Taveira de Neiva Brum, das quais podemos indicar o livro *Epistolário de um Açoriano na Índia. D. António Taveira de Neiva Brum da Silveira*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983; e o artigo “O Arcebispado de Goa no tempo de D. António Taveira de Neiva Brum (1750-1755). Alguns elementos para o seu estudo”, Sep. da *Revista Arquipélago*,

A recuperação da missionação no Oriente só se iniciará no século XIX, mas agora sustentada por interesses diferentes ¹⁹. Se, na primeira fase, as missões visavam solidificar as relações comerciais entre a Europa e o Oriente ²⁰, agora era necessário encontrar locais capazes de fornecer as matérias-primas imprescindíveis para a indústria que então se estava a desenvolver na Europa. Para tal, era necessário estabelecer relações amistosas com as populações que habitavam já não apenas as zonas marítimas, mas o interior, e fortalecer os elos com todos os nativos. A questão do Mapa Cor-de-Rosa e do Ultimato Inglês de 1890, apesar da sua incidência africana, é paradigmática dos novos contornos que a política expansionista europeia assumia no final do século XIX, nos quais Portugal tinha, necessariamente, de se enquadrar.

Como se compreende, a religião tinha, no estabelecimento dos laços entre europeus e não europeus, um papel fundamental. Veiculava-se a ideia de que estes povos distantes mereciam conhecer a civilização verdadeira, ou seja, a ocidental. Assim, as missões continuam a ser uma forma de expandir a fé cristã, mas adquirem uma competência civilizadora, visando o progresso dos povos considerados mais atrasados. Lentamente, os homens que se dedicam à missionação são de novo respeitados por uma sociedade que adere ao espírito romântico oitocentista.

Todavia, a conjuntura internacional era nociva para Portugal. A apêndia europeia por África era crescente, mas também no Oriente faziam-se sentir os efeitos ameaçadores oriundos, sobretudo, da Inglaterra e da Holanda. Por isso, as dificuldades sentidas pelo Padroado eram cada vez maiores ²¹. A Santa Sé continuava a exigir que as missões fossem efectivas

série Ciências Humanas, n° VI (1984). Esta autora possui, aliás, muitos outros artigos de relevo para a história de Goa que, uma vez que se debruçam fundamentalmente sobre o século XVIII, não citamos aqui, embora os achemos imprescindíveis para uma análise global da história do Oriente português.

¹⁹ Naturalmente, a orientação colonial resulta, fundamentalmente, da ideologia e dos objectivos que suportam os regimes políticos no poder. Não é possível, pois, neste enquadramento, dissociar a componente religiosa da orientação política, transferindo-se para a contemporaneidade os antigos óbices para a definição de competências entre o ceptro e o altar, agora já não com fins de inclusão, mas precisamente com fins de exclusão.

²⁰ Principalmente pela aquisição de produtos exóticos, alguns dos quais acabaram por influenciar a gastronomia portuguesa e açoriana.

²¹ Veja-se o artigo de Manuel Gonçalves Martins, “O desaparecimento do Padroado Português do Oriente e os agentes externos” in *Actas do Congresso Internacional de História “Missionação e Encontro de Culturas”*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/

e com resultados fiáveis em todas as áreas sob a tutela do Estado português. Em 1838, o breve *Multa Praeclare* abolia o Padroado fora dos domínios portugueses, numa posição que as Concordatas de 1857 e de 1886 legitimarão, com preciosismos geográficos e diplomáticos. Mas as exigências do Papado não foram ignoradas. A criação da Junta Geral das Missões, em 1887, e o renascimento das Congregações são dois factores que comprovam o esforço que a Monarquia Constitucional fez para reavivar o espírito missionário. Em 1901, o Estado Português reconhece a existência de 45 associações religiosas, sete delas dedicadas exclusivamente às missões.

É precisamente neste período de grande dinamismo evangelizador que José da Costa Nunes chega ao Oriente. A sua carreira sacerdotal tem um percurso ascendente rápido, que passa pela sua nomeação como Vigário Geral da Diocese de Macau, em 1906, e como Governador do Bispado, em 1907. Contudo, rapidamente D. José irá conhecer os dissabores provocados pela dinâmica republicana que fervilhava em Portugal, face às críticas direccionadas à religião e aos seus agentes seculares e regulares, entretanto fortalecidas pela implantação da República Portuguesa, em 1910.

A propaganda republicana, defensora da laicização do Estado e da sociedade, dá frutos legislativos logo após a Revolução de 5 de Outubro. De imediato, os primeiros decretos sobre as questões da Igreja e da religião não só retomam as legislações de Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar que ordenam a expulsão dos Jesuítas e das demais Ordens Religiosas, masculinas e femininas, como vão mais longe, determinando o fim do ensino da doutrina cristã nas escolas; a abolição do juramento religioso em actos oficiais; e a formulação do divórcio e da laicidade do casamento.

Um ano depois, a Lei da Separação de 20 de Abril de 1911 minimizará ainda mais a dimensão do religioso, colocando em questão o papel e a autonomia institucional da Igreja católica. O fecho dos institutos religiosos que preparavam os missionários²² e a expulsão dos jesuítas e das religiosas da Índia portuguesa, de Timor e de Macau espelham o menosprezo dos republicanos pela religiosidade afecta à causa missionária.

No Oriente, os efeitos da laicização republicana foram sentidos logo de imediato, com a expulsão de todos os missionários, excepto franciscanos e

/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. III, p. 649-670.

²² Com excepção para o Colégio Cernache de Bomjardim, fundado em 1855, mas que agora é laicizado (cf. Padre Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1994, p. 243).

espiritanos, mas cujas casas em Portugal foram encerradas, impedindo o recrutamento de novos religiosos ²³. Num relatório datado de Julho de 1911, depois de ter visitado as missões de Malaca e Timor, D. José da Costa Nunes descreve os efeitos que considera nocivos do novo enquadramento político ²⁴. Lamenta a expulsão das Canossianas de Díli, onde tinham um colégio feminino, que considera “um elemento indispensável para as missões”. Aliás, compara a política dos Estados português e holandês, este último zeloso das competências destas religiosas, as quais “subsidiava generosamente por ver grandes benefícios, que elas estão prestando à causa da instrução e, conseqüentemente, do desenvolvimento das ilhas neerlandesas” ²⁵. Os Jesuítas também lhe merecem uma palavra de grande apreço, como refere no mesmo relatório, afirmando que em Soibada (Timor) a igreja está cheia de gente e as confissões e comunhões são diárias: “E tudo isto se deve em primeiro lugar à acção dos Padres da Companhia de Jesus” ²⁶. Neste mesmo registo, D. José louva a actividade dos missionários regulares, afirmando: “Eu sou missionário secular, mas sou o primeiro a reconhecer que os nossos serviços ficam muito aquém do das congregações religiosas” ²⁷. A sua crítica às medidas republicanas é clara, descrevendo “a curteza de vistas e o sectarismo inexplicável dos nossos legisladores”, incomparáveis com “os planos largos e os sentimentos de justiça e liberdade, que animam os Colonizadores holandeses” ²⁸.

A principal questão deste bispo é, naturalmente, saber como a República irá gerir o Padroado enquadrado na Lei da Separação. Ora, depois das primeiras convulsões e oposições internas e externas, os republicanos compreendem que as missões asseguram a riqueza nacional e o prestígio internacional. A preocupação com as colónias é assumida, como se comprova pela criação do Ministério das Colónias, logo em Agosto de 1911, mas a ausência de uma orientação firme espelha-se pela sucessão de 23 ministros entre 1920 e 1925, para lá de outros interinos.

O facto da Lei da Separação ser aplicada caso a caso, por via de decretos especiais (em Timor e em África seria aplicada em 1913) resulta do entendimento da importância da religião no Ultramar, que merecia algum

²³ Luís Filipe Thomaz, “Missões” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, p. 219.

²⁴ Textos do cardeal Costa Nunes, vol. II: *Escritos*, p. 48-49.

²⁵ *Ibidem*, p. 52.

²⁶ *Ibidem*, p. 57.

²⁷ *Ibidem*, p. 63.

²⁸ *Ibidem*, p. 57.

preciosismo político e a minuciosa vigilância estatal. Por isso, apesar de financiar apenas o essencial para a manutenção do culto nos espaços ultramarinos, o Estado republicano arroga os seus direitos sobre o Padroado Português do Oriente e manifesta o seu desejo de supervisionar a acção missionária, reduzindo os seus agentes a um clero secular formado em instituições públicas. Na verdade, a separação entre as esferas política e religiosa não implicava a respectiva autonomia, mas a (re) utilização da segunda pela primeira.

Para D. José da Costa Nunes, a política republicana quanto ao Padroado era nefasta, pois punha em causa a própria sobrevivência deste benefício para Portugal. Num artigo de 1915, opina da forma seguinte: “A meu ver, a manutenção do Padroado depende da manutenção da Concordata com a Santa Sé, e a Concordata, celebrada no regime de união da Igreja e do Estado, não faz sentido num regime de separação”²⁹. Justifica a sua preocupação pela incongruência que acha existir entre uma Lei de Separação que afirma manter a soberania portuguesa do Padroado, pois a aplicação desta Lei nas colónias implica que Portugal deixe de cumprir os seus compromissos com a Santa Sé e, por consequência, esta pode “reaver o Padroado e entregá-lo a quem muito bem o quiser”³⁰.

Durante os primeiros anos do regime republicano, D. José assume um protagonismo crescente no Oriente. Em 1918, é eleito Vigário Capitular e, dois anos depois, é nomeado bispo de Macau pelo Papa Bento XV, dignidade que aceita com alguma relutância³¹. Aliás, esta mesma resistência chegou a formalizá-la por escrito, numa carta que dirige ao Núncio Apostólico em Lisboa, D. Aquiles Locatelli, na qual lhe pede que seja aceite em Roma a sua renúncia, por considerar “as graves responsabilidades que assumiria, se aceitasse um cargo incomportável com a debilidade das minhas forças”.

A insistência papal remove as resistências de D. José que se vê forçado a aceitar o novo cargo. Em Novembro de 1921 recebe a sagração episcopal na matriz da Horta. Regressa a Macau em 1922, dirigindo esta diocese durante de 18 anos. O seu episcopado acompanha as mudanças políticas trazidas pelo golpe de 28 de Maio de 1926 e pela emergência do

²⁹ Textos do cardeal Costa Nunes, vol. I: *Estudante/Jornalista*; I, p. 115.

³⁰ *Ibidem*. Veja-se artigo 190 da lei de 20-4-1911.

³¹ De acordo com a Concordata de 23 de Junho de 1886, Portugal exercia o Padroado pleno nas dioceses de Goa, Damão, Cochim, Meliapor e Macau e, por isso, conservava o direito de apresentação dos bispos (Padre Miguel de Oliveira, já cit., p. 241).

Estado Novo, cuja política concordatária veio a contribuir para a revitalização da dinâmica católica em Portugal e também nas zonas do Padroado.

Em matéria de Igreja Católica, as medidas consequentes do golpe militar de 28 de Maio de 1926 são regeneradoras, reforçando uma tendência que já se sentia anteriormente, designadamente desde o restabelecimento das relações entre Portugal e a Santa Sé, em 1919. Em 1921, é criado o “Colégio das Missões Ultramarinas”, sediado no convento de Cristo, em Tomar. Em 1926, o “Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas”, protegia o dinamismo missionário, isentando-as de impostos e concedendo-lhes subsídios; garantindo os vencimentos dos bispos e dos clérigos do Ultramar, equiparados a funcionários públicos; enquanto que na metrópole se registava a personalidade jurídica das corporações católicas, retomava-se o ensino da religião, obrigava-se a exposição dos símbolos cristãos nas escolas e ainda se aceitava o direito de aposentação dos sacerdotes que serviam a República desde 1910.

Nos anos de 1928 e de 1929, num novo contexto europeu e oriental, as negociações entre Portugal e a Santa Sé resultam em novos acordos que pretendiam satisfazer as exigências dos novos tempos, de forma a ultrapassar as dificuldades sentidas pela aplicação da Concordata de 1886, permitindo, por exemplo, o regresso de Ordens e Congregações religiosas ao Ultramar³². Para colmatar a carência de missionários, também se autoriza o acesso de padres estrangeiros, que se tornam parte muito importante para a evangelização católica³³. O “Acto Colonial”, de 1930, reforçará a competência missionária nacional, considerada como instrumento civilizador das populações indígenas que pertenciam ao “Império Colonial Português”³⁴.

Dez anos mais tarde, enquanto a Europa se debatia numa guerra que ultrapassava as suas fronteiras, Portugal reforçava o seu nacionalismo. A sua neutralidade bélica, suportada por uma colaboração económica com os Aliados e com o Eixo, enquadrava-se na estratégia ditatorial do orgulho nacional, onde o Plano dos Centenários e a Exposição do Mundo Português

³² O acordo de 15 de Abril de 1928 reduz o padroado portugueses do oriente de 5 para 4 dioceses: Goa, Cochim, São Tomé de Meliapor e Macau, mas Damão passa a estar subordinada a Goa. Mas na escolha dos bispos, o Padroado perde protagonismo, passando a escolha a ser da competência papal, limitando-se o presidente da república portuguesa a apresentá-lo à Santa Sé nos dois meses seguintes, em caso de inexistência de inconveniência política.

³³ Entre 1942-1950, dos 354 missionários existentes 172 eram portugueses e 182 estrangeiros, nomeadamente italianos (cf. Luís Filipe Thomaz, “Missões”, já cit., p. 219).

³⁴ Nuno da Silva Gonçalves, “Padroado”, já cit., p. 367.

se tornam os dados mais simbólicos. No plano religioso, Portugal estabelece, em Maio deste mesmo ano, uma nova Concordata com Roma, que regulamenta o estabelecido nos acordos firmados nos finais da década de 1920. Também em 1940, D. José da Costa Nunes é nomeado Arcebispo da Sé Metropolitana, Primacial e Patriarcal de Goa, assumindo o título de Primaz do Oriente e Patriarca das Índias Orientais.

O seu trabalho em prol da evangelização da Índia portuguesa era imenso e de índole diversa e a educação assumia um claro protagonismo. Funda múltiplos colégios, escolas e seminários e instituições cristãs, como é o caso da “Congregação Missionária de S. Francisco Xavier do Pilar de Goa”, fundada em 1942.

Os seus esforços são reconhecidos ao mais alto nível. Em 1946, é condecorado pelo governo português com a Grã-Cruz da Ordem do Império, facto que comprova a relevância do Padroado e dos seus agentes para a política do Estado Novo. Mas no outro lado do mundo, os nacionalismos também emergiam. Em 1947, a independência da União Indiana iniciaria um processo que debilitaria o Padroado Português no Oriente, defraudando as expectativas do nosso biografado. O acordo negociado entre Portugal e a Santa Sé, em 1950, retirou ao Padroado as dioceses situadas fora dos territórios portugueses da Índia ³⁵.

O ano de 1953 seria um marco para D. José da Costa Nunes, com penhores positivos e negativos. Em Janeiro, a União Indiana propunha, na Assembleia-Geral da ONU a integração do Estado Português da Índia no respectivo território. Em Dezembro, Nova Deli inicia um bloqueio naval a Goa, fazendo com que a jurisdição episcopal desta diocese fique reduzida aos territórios de Goa, Damão e Diu ³⁶. Além do mais, aumentam os atritos entre a Santa Sé e Salazar, que decorrem ao longo da década de 1950 ³⁷, ilustrados, por exemplo, pela decisão do papa, em 1953, elevar ao cardinalato o arcebispo de Bombaim em detrimento do Patriarca das Índias, factor

³⁵ O Estado português perde o direito de apresentação dos bispos das dioceses de Mangalor, Quilon, Trichinópolis, Cochim, São Tomé de Meliapor e Bombaim.

³⁶ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, “Índia. Goa (1510-1961)”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, p. 440.

³⁷ A deterioração das relações entre o Vaticano e o Estado português continuarão na década seguinte, marcada pela invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana em 1961 (cf. Manuel Braga da Cruz, “O Estado Novo e a Igreja Católica” *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1992, p. 220). Só em 1974 é que Portugal reconhecerá esta anexação. A perda de Macau, derradeiro sobrevivente da expressão portuguesa no Oriente, será em 1999, com a passagem da administração deste território para a China.

que leva D. José a retirar-se de Goa para Macau ³⁸. As crispções entre o Vaticano e o Estado português são crescentes, levando Salazar a exigir maior reconhecimento das prerrogativas nacionais. Em resposta, nesse mesmo ano de 1953, o Papa decide atribuir a Rosa de Ouro à catedral de Goa em reconhecimento da obra missionária de que tinha sido o centro. O trabalho de D. José da Costa Nunes também merece honras públicas, sendo condecorado em Julho com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e pouco depois nomeado Arcebispo Titular de Odessa e Vice-Camarlengo da Santa Sé. Mas na verdade, estas condecorações eram uma forma de compensar as efectivas perdas do Padroado face ao aumento de influência da *Propaganda Fide*. É neste contexto que, desiludido, D. José da Costa Nunes decide, depois de 50 anos de actividade pastoral no Oriente, renunciar ao seu cargo diocesano. Passa a residir em Roma retomando, pois, o seu projecto de juventude, não como professor, mas como defensor dos interesses da fé, em prol da qual desempenha diversas funções na Cúria Papal, a qual serve por mais 23 anos.

A deferência que a Santa Sé tinha para com D. José é visível em vários momentos: em Março de 1962, quando é elevado à dignidade de Cardeal, pelo Papa João XXIII e é convidado a integrar a Comissão Central Preparatória do Concílio Vaticano II (1962-1965); em 1964, quando é o enviado papal ao IV Centenário das Missões da Companhia de Jesus em Macau; em 1967, quando é o delegado de Roma às Festas Jubilares de N^a Sr^a de Fátima e, finalmente, em 1976 quando recebe a visita pessoal do Papa Paulo VI, estando já no seu leito de morte em Roma, cidade onde é sepultado, na igreja de S. António dos Portugueses, como pedira no seu testamento ³⁹. Chegava ao fim de uma vida de 96 anos, 50 dos quais passados no Oriente.

³⁸ *Ibidem*, p. 219.

³⁹ Em Junho de 1997, o seu corpo é trasladado para a sua ilha natal, ficando sepultado na igreja da Candelária.

3. Uma Vida de Percursos: as biografias possíveis ⁴⁰

D. José da Costa Nunes é uma figura multifacetada. No seu longo percurso, acompanha a obra delineada por sete Papas ⁴¹, envolvendo-se nas questões religiosas conciliares e registando múltiplos acordos e concordatas entre a Santa Sé e os diversos poderes políticos portugueses; no plano nacional assiste à queda da Monarquia Portuguesa, à instauração da I República, do Estado Novo e da II República; no plano internacional observa a emergência da independência da Índia e a eclosão de três guerras, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra-Fria. Ao assistir a todas estas vicissitudes, o cardeal desenvolveu sensibilidades diversas, que nos merecem um enquadramento diferenciado.

3.1. D. José e o Cristianismo

Na sua dimensão religiosa, D. José da Costa Nunes é um firme defensor da acção missionária de Portugal edificada a partir do Evangelho e da sua tradição histórica. Numa das suas primeiras pastorais, datada de 15 de Junho de 1922, o recém bispo de Macau descreve o comportamento ideal de todo o cristão, que deveria ser “honesto, puro, dócil aos ensinamentos da Igreja, compassivo com as misérias alheias, amante da justiça, da verdade e do bem, numa palavra tem de colocar-se adentro das normas traçadas pelo Evangelho, porque é neste código divino que se estriba a moral individual e a moral social”. Mais à frente acrescentava: “Diz-se, e com razão, que a sociedade moderna atravessa uma dolorosa crise moral, cujas consequências deploráveis todos nós apalpamos. Há só um meio de a curar: é recristianizá-la” ⁴².

A religião era, pois o instrumento da paz no mundo. Esta posição encontra-se bem clara numa conferência que dá a 20 de Fevereiro de 1922, na Sociedade de Geografia de Lisboa, a propósito do Padroado Português

⁴⁰ Em 1999, a Fundação Macau responsabilizou-se pela publicação dos textos de José da Costa Nunes. São sete volumes tematicamente diversos (vol. I: *Estudante/Jornalista*; vol. II: *Escritos*; vol. III: *Cartas da China*; vol. IV: *Documentos Oficiais*; vol. V: *Pastorais*; vol. VI: *Conferências* e vol. VII: *Viagens*). Coordenados pelo Padre Tomás Bettencourt Cardoso, estes textos são um excelente testemunho da vida e da época de D. José e foram o nosso principal suporte para uma construção mais fiel da sua biografia ou, melhor, das suas biografias.

⁴¹ Leão XIII, S. Pio X, Bento XV, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI.

⁴² Textos do cardeal Costa Nunes, vol. V: *Pastorais*, p. 31.

do Oriente quando diz: “o indígena ouve melhor a voz do Evangelho que tiro das espingardas, e uma vez conquistado o seu coração pelo sentimento religioso, não há a recear sublevações”⁴³. Mas a sua defesa do Padroado era anterior. Em 1915, na revista *Oriente*, afirma que a manutenção do Padroado é essencial para manter o prestígio português no Oriente. Aliás, D. José faz depender a grandeza nacional precisamente com a sua aptidão missionária, escrevendo: “Portugal foi sempre considerado pelos povos asiáticos como o grande país missionário. É dessa qualidade que lhe veio a sua grandeza”⁴⁴.

Num outro artigo publicado em 1924, não se coíbe de afirmar que o Cristianismo é a única “via do progresso” e a China só se desenvolveria abrindo os braços à Igreja Católica⁴⁵. Por isso, D. José regista a sua preocupação face ao marasmo na cristianização do Oriente. A escassez do número de missionários que impede um proselitismo renovador; a multiplicidade de seitas cristãs, que fragiliza o Cristianismo e impedem-no de apresentar “uma frente unida”; a influência do materialismo ocidental nos meios intelectuais orientais; o declínio do zelo e do fervor cristão; e as dissenções entre católicos são argumentos que D. José apresenta para justificar a lentidão com que o Catolicismo se instala, contrastando com a celeridade do tempo de São Francisco Xavier. E acrescenta: «A agravar a situação veio a invasão das seitas protestantes... o indígena não sabe hoje para onde se há-de voltar, e porque não sabe, fecha-se em si e agarra-se às próprias tradições religiosas»⁴⁶.

3.2. D. José e a educação

Nesta sua faceta, o prelado apresenta uma posição dicotómica, mas complementar. Por um lado, defende o ensino da cultura portuguesa entre os chineses, malaios, timorenses e japoneses; por outro, exige que os missionários europeus aprendam o chinês e o tétum.

Em diversas passagens dos seus escritos, D. José da Costa Nunes advoga o ensino da história e da língua portuguesa como parte essencial das Missões, aliás como estipulava a lei portuguesa então em vigor⁴⁷.

⁴³ *Ibidem*, vol. VI: *Conferências*, p. 22.

⁴⁴ *Ibidem*, vol. I: *Estudante/Jornalista*, p. 121.

⁴⁵ *Ibidem*, vol. VI: *Conferências*, p. 145.

⁴⁶ *Ibidem*, vol. VII: *Viagens*, p. 116-117.

⁴⁷ Decreto 6322, art. 32º.

Tenhamos em atenção que, desde a instalação dos primeiros missionários, as principais tarefas pastorais como a confissão, a pregação e a administração dos sacramentos ou eram feitas em português, o que causava naturais dissabores e uma incorrecta aprendizagem, ou eram executadas por curas e clérigos locais, recrutados pelos missionários para serem mediadores linguísticos ⁴⁸.

Mas, enquanto defende a excelência da sua pátria, respeita as diferentes realidades locais. Assim, defende que o primeiro dever dos missionários é relacionarem-se com os costumes e hábitos autóctones, o que incluía a aprendizagem da língua materna dos nativos. Numa pastoral redigida em Agosto de 1924, o bispo de Macau e Timor reflecte sobre a importância da língua tétum, única forma de unificar as mais de trinta línguas diferentes faladas em Timor. Só depois das crianças aprenderem a ler e a escrever na língua materna seria possível reeducá-las numa estrangeira, como seria o caso do português. Assim, a 10 de Fevereiro de 1930, o prelado redige uma ordem obrigando a que todos os missionários enviados para as missões no interior da China façam um exame de língua chinesa de seis em seis meses, durante os primeiros dois anos de estadia; os de Timor devem, ao fim do primeiro ano de permanência na ilha, saber falar a língua da região onde pregaram; e os de Singapura e Malaca devem não só estudar o malaio, como também o inglês ⁴⁹.

Aliás, o domínio britânico era bem visível pelo interesse que esta língua despertava nos estudantes de Macau. No Seminário de S. José, entre alunos internos e externos registados entre 1919 e 1920, as cadeiras de Língua Inglesa e Anglo-Sínica eram as que tinham mais matrículas, com 86 e 94 estudantes, respectivamente, apenas superadas pelos 96 alunos de Solfejo e Canto Coral. As disciplinas de Português-Chinês (76 estudantes), Instrução Primária Elementar (58 matrículas) de Português (52 alunos) eram também concorridas ⁵⁰.

A partir daqui, compreendemos como era crucial o recrutamento de indígenas para o serviço da Igreja Católica, como advogava o Papa Pio XI. A estatística, com efeito, era nefasta ao espírito proselítico de um catolicismo fechado e europeísta: nos inícios do século XX, havia no mundo mais de um bilião de pagãos para converter e apenas 13 mil missionários, i.e., cada padre teria a seu cargo 85 mil pagãos ⁵¹. O único remédio era,

⁴⁸ Goa setecentista, p. 169.

⁴⁹ Textos do cardeal Costa Nunes, vol. IV: *Documentos Oficiais*, p. 120-122.

⁵⁰ *Ibidem*, vol. II: *Escritos*, p. 158.

⁵¹ *Ibidem*, vol. V: *Pastorais*, p. 205.

pois, utilizar os recursos humanos locais como mediadores entre a fé cristã e as populações nativas. Como afirma D. José: “Na verdade, só com clero nativo se completará a conversão do mundo pagão. O nativo sente-se mais atraído para o padre indígena, do que para nós. Não tenhamos ilusões a este respeito, nem estranhemos o facto”⁵².

De igual modo importante para D. José é o ensino profissional. Num relatório que faz sobre as missões de Timor, em 1933, dirigido ao Ministro das Colónias, queixa-se da excessiva componente teórica exigida às crianças, pois alguns professores “desejosos de conquistar para a Missão um certo renome, passam anos a ensinar aos alunos das últimas classes de instrução primária subtilezas gramaticais, análise e outras coisas várias... Ora eu pergunto: que utilidade tem isto, tratando-se de crianças, que no dia seguinte ao do exame devem ir viver nas suas montanhas, entre búfalos e cabras e levar a vida de agricultor rudimentar?”⁵³. Quatro anos mais tarde, torna a insistir, junto do mesmo Ministro, na relevância do “saber-fazer” adequada ao meio oriental e advoga que ao indígena se deve ensinar somente “a ler, escrever e falar um pouco de português, a formar uma ideia do que é a nossa Pátria, a fazer as quatro operações e a pouco mais. O resto suprimia-o sem piedade. O que não suprimia era o ensino profissional, particularmente o ensino agrícola, mas sob uma forma prática e mesmo rudimentar”⁵⁴. E conta o exemplo caricato de um rapaz que as missões de Timor tinham enviado para Itália para se especializar num ofício e que regressara com alguns conhecimentos agrícolas: “Um dia perguntámos-lhe se sabia fazer manteiga. Que sim, que sabia, mas... electricamente”⁵⁵.

3.3. D. José e a missão civilizadora

Nas suas reflexões sobre a relevância da educação e da instrução como veículos da expansão religiosa, D. José expressa o seu pensamento sobre a função social e cultural das missões portuguesas. Com efeito, uma das principais tarefas dos missionários deverá ser trazer para a civilização as populações locais. Neste contexto, louva o trabalho desenvolvido por três religiosas Canossianas em Timor, em que numa festa em sua honra assistira a cânticos e récitas cantadas na língua portuguesa por crianças

⁵² *Ibidem*, p. 207.

⁵³ *Ibidem*, p. 97.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 106.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 107.

timorenses, que apenas tinham tido quatro meses de ensino. É muito interessante o comentário feito pelo prelado: “Ora isto, se por um lado põe em relevo o zelo e a competência destas prestimosas colaboradoras, por outro indica que o indígena [...] não é incivilizável”⁵⁶. Como nos apercebemos, o objectivo do proselitismo religioso é a modernização das populações mais atrasadas.

Mas a filosofia que suporta esta postura é a de um profundo humanismo. De facto, o fim último da modernização dos povos nativos não deve ser a satisfação das necessidades comerciais e industriais dos países mais desenvolvidos, mas sim fornecer os meios necessários para que os autóctones possam sobreviver condignamente, independentemente dos apoios externos. Em 1937, D. José chegava mesmo a criticar a política externa da Europa: “conheço colónias, que se dizem muito desenvolvidas, muito progressivas, muito ricas. São-no, de facto. Mas as riquezas estão nas mãos de alguns europeus, ao passo que a população nativa vegeta no mesmo conforto e ignorância dos tempos primitivos. Isto não é colonizar; é explorar. E mal vai ás nações, que marcham tal caminho, numa época, como a que estamos vivendo hoje”⁵⁷.

O prelado defende a necessidade e o respeito pela humanidade dos indígenas, afirmando: “Instruamos, pois, o indígena... respeitando, porém, os seus usos e costumes, desde que não colidam com a moral... numa palavra, preparemos o indígena para uma vida superior à que hoje leva, mas que todo este trabalho de formação reverta a favor do preto, e não propriamente, do branco”⁵⁸.

Afirma-se respeitador da diferença, na senda de Santo Agostinho, e afirma “eu respeito tanto o protestante que... propaga, por meios lícitos, a sua religião, como o católico, que não se poupa a esforços e canseiras em defesa da sua crença... Combaterei aquele mas no fundo da minha alma hei-de testemunhar-lhe o respeito e amor, que merecem todos os que batalham com lealdade e convicção em defesa de uma doutrina... Intransigente com o erro, mas tolerante com os homens, é o meu lema”⁵⁹.

É o seu respeito pelos diferentes hábitos e costumes que justificam que D. José da Costa Nunes tenha sido idolatrado pelos seus diocesanos. Nas suas “Cartas da China”, publicadas no semanário *Vida Nova*, este prelado exprime o seu profundo conhecimento sobre a religião e a filosofia

⁵⁶ *Ibidem*, p. 92.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 107.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 107-108.

⁵⁹ *Ibidem*, vol. III: *Cartas da China*, p. 101.

chinesa. Em 1915, numa crónica que redige para a Revista *Oriente*, manifesta muito bem esta sensibilidade para com as diferenças culturais: “O oriente, visto com uns olhos europeus, é um absurdo, um paradoxo, o contrário de todos os princípios, leis e etiquetas, porque se regem as sociedades do ocidente que se dizem cultas”. Assim, ele exemplifica com a trança de cabelo comprido que os homens usam que difere das mulheres que usam o cabelo totalmente apanhado e que usam calças; os livros que se lêem da esquerda para a direita, os alunos que estão de costas voltadas para o professor em sinal de respeito e, ainda, a cor do luto que é o branco e não o preto ocidental. E o Cardeal remata estes comentários com a seguinte nota: “Se na China, a mulher... é homem, a direita é esquerda, a proa é popa, o fim é o princípio, uma grosseria é uma atenção, o branco é preto?... Positivamente, isto cá pelo Oriente anda tudo trocado, marcha tudo às avessas... Mas, bendita anomalia, que nos permite gozar em Dezembro um sol belo e acariciador”⁶⁰.

Precisamente devido a esta admiração pela autenticidade, o bispo lamenta a europeização oriental e exclama “Que saudade tenho eu dos rabichos chineses!... O chinês... substituiu a cabaia por uma fatiota ocidental, o leque por uma bengala, os sapatos de seda por umas botas de *chagrín* e o rabicho, lindo, setinoso ... por uma marrafa, luzidia do cosmético. Mas isto não é tudo. O chinês até botou óculos... uns óculos sem graus, mas em todo o caso óculos... Com esta europeização de costumes o chinês desnacionalizou-se. Nem chinês, nem europeu. E para cúmulo de infelicidade tornou-se impertinente e altivo, ele que era tão simpático na sua humildade...”. Mas afinal “nós é que temos a culpa... demos-lhe a sobre-casaca, o chapéu alto, a bengala, a marrafa, os botins e os óculos, ensinámos-lhe o inglês, o francês e o alemão; berrámos, gritámos, falámos alto, e o que fez o chinês? Imitou-nos!... Apanhou uma indigestão com tantos guisados europeus que lhe fornecemos. O estômago oriental ainda não estava preparado para receber todas estas iguarias condimentadas à moda de lá... e o resultado é esse que os senhores estão vendo... O chinês... agora parece um *dandy* passeando nos *boulevards* de Paris; logo, vai ao pagode consultar os deuses no meio das tabuinhas talismânicas...”⁶¹. Desagrado com este germen da globalização, o prelado considera que houve “estrabismo da parte do chinês ao encarar a civilização do Ocidente. Olhou para ela e viu-a só com um olho. Viu-a no seu elemento exterior...

⁶⁰ *Ibidem*, vol. I: *Estudante/Jornalista*, p. 150.

⁶¹ *Ibidem*.

Ora, no meu entender a civilização vem de dentro para fora e não vai de fora para dentro. Ela consiste nas ideias, na formação moral, na nobreza de carácter, na crença racional, na educação cívica, na cultura do espírito. Pode ser-se civilizado dentro duma cabaia ou dum quimono, usando *h'ai* ou *gueta*...⁶².

3.4. D. José, o jornalista

As primeiras manifestações jornalísticas do cardeal surgem logo desde os seus tempos de estudante, em Angra. Desde as primeiras publicações, opta pela utilização de vários pseudónimos. No jornal *A Voz* assina com o nome de Albino, na revista *Oriente* como Mário ou como Sílvio, no semanário macaense *Vida Nova* como Alcino e, ainda na década de 1950, escreve umas cartas de Roma sob o pseudónimo de Aliquis.

Durante o período de 1899 a 1902, torna-se um participante activo do jornal *A Voz*, semanário publicado na vila da Madalena. Nestes escritos, salientam-se dois tipos de discursos. Um deles de tipo claramente informativo, onde noticia pequenos sucessos do quotidiano da freguesia da Candelária: a chegada de determinadas famílias à freguesia gozando das férias do verão; acidentes com barcos de pesca, casamentos efectuados, doenças que grassavam na Candelária, festas e romarias, etc. Vejam-se os dois exemplos seguintes:

“Fixou residência nesta freguesia a exm^a família do reverendo Manuel Alfredo Goulart, digno cura desta Igreja Paroquial”;

“Tem-se desenvolvido nesta freguesia, a epidemia do sarampo, principalmente na povoação do Monte. Até à data, felizmente, não têm aparecido vítimas”⁶³.

Um outro tipo de escrita assume um carácter manifestamente mais literário e até poético: «Era o anoitecer de um belo dia primaveril. O sol estava prestes a imergir no ocidente e a baça claridade crepuscular espargia-se pela terra em ondulações, que causava, tristeza, que despertavam saudades. Edénicas paragens exibiam uma perspectiva bel, encantadora! [...] Bem junto a mim, gentis florinhas alcatifavam o solo... Eram esplêndidos, encantadores os retoques, que esmaltavam o panorama»⁶⁴.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*, p. 31.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 58.

Já em Macau, funda em 1915 a revista *Oriente*, com uma periodicidade mensal, a qual dirige durante todo este ano. Aqui, o Cardeal discorre sobre assuntos da actualidade, como é o caso das crónicas que publica em 1915 sobre a I Grande Guerra, as eleições nacionais, a greve dos tipógrafos do Porto, entre outros assuntos. Também é um colaborador do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, onde publica diversas crónicas de viagem.

Todos os seus registos, jornalísticos ou não, são de grande interesse e revelam argúcia na escrita e uma cultura elevada, com profusas citações de filósofos, escritores e pensadores, desde Platão, Zenão, Xenofonte, Cícero, Plutarco a Chateaubriand, Rousseau, Voltaire, Jules Simon, Spinoza, Stuart-Mill e ainda Confúcio.

3.5. D. José e a política

Nesta vertente, o prelado é um homem frontal, defensor de duas temáticas que, no seu entender, se encontram interligadas e pelas quais tem muito orgulho: por um lado, a nação e a história portuguesas; por outro, a religião católica. Por isso, a tónica dominante das suas críticas às directrizes governamentais incidem sempre sobre o Padroado Português do Oriente, que considera o fenómeno mais ilustrativo da união daquelas duas realidades. Numa conferência efectuada a 20 de Fevereiro de 1922, na Sociedade de Geografia de Lisboa, afirma: «Eu revolto-me contra alguns escritores e historiadores nacionais do último quartel do século passado, que, numa ânsia destruidora, se empenham em amesquinhar os feitos portugueses dos séculos anteriores, desvirtuando [...] essa epopeia brilhante, que tanto lustre dá à nação portuguesa»⁶⁵.

Em 1919, publica no jornal *O Macaense* um artigo que critica, de forma cáustica, o decreto de 19 de Maio deste ano: «Afirmar, por um lado, que se reivindica a soberania do Padroado e se desejam utilizar, na obra da civilização colonial, os préstimos dos missionários católicos portugueses; e, por outro, lado, hostilizar a acção missionária, sufocando-a em diplomas oficiais, sufocando-a em diplomas oficiais, cuja inexecuibilidade, sob o ponto de vista católico, não pode ser ignorada pelos respectivos legisladores — não faz sentido algum nem é proceder com lisura e sinceridade»⁶⁶.

O desprestígio das missões do Padroado português só promoverá, no seu entender, o protagonismo das missões estrangeiras, que não sendo

⁶⁵ *Ibidem*, vol. VI, p. 44-45.

⁶⁶ II, p. 187.

obrigadas a cumprir os preceitos legislativos portugueses, regulam-se somente pelas normas da Conferência de Berlim, de 1885, e da Conferência de Bruxelas, de 1890⁶⁷. Revolta-se, igualmente, pela criação de doze missões laicas, com vantagens superiores às católicas, considerando-as incapazes de prestar um serviço digno. A sua posição é secundada por outras opiniões, como a do jornalista Henrique Valdez, que rebate a utilidade das missões laicas, perceptível «por toda a parte... onde haja gente a civilizar!... Só em Lisboa é que ninguém vê isto!...»⁶⁸.

Compreensível, pois, a admiração que D. José nutre pelas políticas do Estado Novo, com uma ideologia defensora da pátria e da religião. Mais que admiração, é esperança. No discurso que fez no décimo aniversário da Revolução Nacional, publicado no jornal *A Voz de Macau*, em 1936, ele afirma: «Salazar é um revolucionário no sentido bom da palavra. Revolucionaria costume, revolucionaria ideias e revolucionaria métodos... Em matéria social Salazar é um avançado. Convencido de que a Revolução se tem de fazer, ou de cima para baixo, isto é, dentro da Ordem, ou de baixo para cima, isto é, pelos processos da Rússia Soviética, está ele dando satisfação às justas reclamações das classes desprotegidas com escândalo às vezes de certos conservadores, que só sabem agravar a própria situação, conservando-se imobilizados em fórmulas arcaicas, sem noção do tempo que estamos vivendo»⁶⁹. E acrescenta ainda: “todos nós reconhecemos, no senhor Presidente da República e no senhor Presidente do Ministério, dois chefes categorizados, que vão encaminhando a Nação para destinos mais gloriosos [...] Carmona é a figura prestigiosa, perante a qual todos se curvam respeitosos; Salazar é o homem de acção calma, que sabe o que quer e sabe para onde vai”⁷⁰.

Com 40 anos de idade, D. José tinha assistido ao afundamento monárquico e às instabilidades da I República e, por isso, a política e a firmeza ideológica do Estado Novo pareciam-lhe uma lufada de ar fresco, capaz de recuperar a glória nacional e que, mais que uma possibilidade, era uma necessidade. Advoga a competência financeira do ministro português, a sua habilidade política e o seu investimento nas áreas da cultura, sociedade e educação nacionais. A apologia de Salazar é, pois, óbvia: «viu ruínas, sangue, incêndios e, sem sair do silêncio do seu gabinete, delineou, após

⁶⁷ II, p. 187-188

⁶⁸ II; p. 197.

⁶⁹ *Ibidem*, vol. VI: *Conferências*, p. 96.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 94.

longo estudo e meditação, as directrizes de um novo estado de coisas, que hábeis colaboradores vão pondo em execução, sob as vistas sempre atentas do chefe. Dado o feitio individualista da nossa raça, nem todos suportam essa vigilância assídua, mas ela é necessária, sob pena de tudo naufragar, e possivelmente numa catástrofe tremenda»⁷¹.

3.6. D. José, o picoense

Em várias passagens dos seus escritos, D. José mostra-se sempre um nostálgico dos seus Açores e do seu Pico. Numa coluna publicada no jornal da ilha do Faial, *O Telégrafo*, em 1924, afirma de forma veemente: «É que eu sou estruturalmente açoriano»⁷². E depois de fazer referências às belezas parisienses, às do sul inglês, às de Florença, Nápoles, Ceilão, Malaca, Java, Celebes, Tonquim, Filipinas, Honolulu, China, Canadá e Estados Unidos, remata afirmando «Um encanto, as minhas Formosas ilhas! Daltonismo provocado pelo sentimento regionalista? Não. Comigo concordam todos os que um dia visitaram o *Jardim do Atlântico...*»⁷³.

As saudades são um tema recorrente. Regressa ao Pico pela primeira vez em 1913, onze anos depois de ter saído da ilha; em 1931, onde passa por Ponta Delgada, cidade onde dá uma conferência sobre o Oriente no Liceu Antero de Quental. Mais tarde, em 1953, celebra as suas Bodas de Ouro de padre missionário mais uma vez na sua ilha natal. Mas estas deslocções pareciam-lhe sempre breves. Em 1967, numa carta que escreve de Roma ao seu amigo o Padre João Vieira Xavier Madruga, afirma: «Depois de 1893, só tenho ido ao Pico de passagem, mas essas pedras negras atraem-me sempre»⁷⁴.

O seu amor à terra é comprovado pelo gosto que teve em aí fundar a casa de S. José, confiada às Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. O objectivo foi, como ele próprio confessa no testamento que faz em 1970, «perpetuar a memória de meus Saudosos Pais... e beneficiar o povo da Candelária, no meio do qual me orgulho de ter nascido»⁷⁵.

Este saudosismo açoriano não impede a sua visão da dimensão do mundo: «Porque, afinal, o mundo não é muito grande!» Vai mesmo em

⁷¹ *Ibidem*, p. 96.

⁷² *Ibidem*, p. 142.

⁷³ *Ibidem*, p. 143.

⁷⁴ *Ibidem*, vol. I: *Estudante/Jornalista*, p. 25.

⁷⁵ *Cardeal D. José da Costa Nunes. In memoriam*, já cit., p. 216.

cada ano ficando mais pequeno... No tempo de Fernão de Magalhães ainda era qualquer coisa de respeitável, mas, desde que substituíram as velas e as diligências por máquinas, minguiu extraordinariamente! E amanhã, quando lhe dermos pelo ar uma volta em algumas horas... passará então a ser ridiculamente microscópico! Não é necessário compreender o relativismo de Einstein para atingir esta verdade...⁷⁶.

Bem o sabia este prelado que, em 18 de Agosto de 1922, organiza um *Te Deum* em honra da travessia atlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Mas não deixa de ser um homem da Igreja, crente de uma ciência de batuta divina, pois esclarece: «Embora os intrépidos aviadores tenham levado a efeito o seu plano sob bases rigorosamente científicas, não queiramos, todavia, excluir desse feito a acção de Deus, que por vias misteriosas vai dirigindo os homens e os acontecimentos»⁷⁷. Desta forma, o sucesso da viagem aérea significava que a bênção divina ainda caía em Portugal: «No meio da crise que atravessamos e deste como que afrouxamento das virtudes da raça... o feito dos nossos ilustres compatriotas, que neste momento se pode dizer encarnam as grandes qualidades do povo português, faz vibrar a alma nacional de comoção e alegria, despertando-lhe, ao mesmo tempo, as energias latentes, sob o impulso do amor pátrio»⁷⁸.

Homem de vida regrada e metódica: comia pouco, obrigava-se a um repouso diário considerável; exercitava-se caminhando todos os dias entre três a doze quilómetros; mantinha um quotidiano sem vícios, nomeadamente o do tabaco, com o qual cortou radicalmente em 1925. Um ano antes, numa viagem de barco que fizera pelo Pacífico, mostra-se agrado pelos seus hábitos e desejos serem respeitados: «tomo banho a tantas, almoço a tantas, janto a tantas e prefiro tais e tais pratos»⁷⁹. Por isso, tem má recordação de uma outra viagem feita anteriormente, em que fora «forçado a ouvir músicas por vezes torturantes, a assistir a bailes e a jogos que não me interessavam, a cingir-me a horários diferentes dos meus, a dispersar-me, enfim numa vida de futilidades»⁸⁰.

⁷⁶ Textos do cardeal Costa Nunes, vol. VII: *Viagens*, p. 134.

⁷⁷ *Ibidem*, vol. IV: *Documentos Oficiais*, p. 46.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*, vol. VII: *Viagens*, p. 129.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 129. E não terá sido por não gostar de música. Vitorino Nemésio conta que, numas férias, o jovem José arriscara a pegar numa “viola folclórica e a dedilhar entre íntimos, inocentemente, um modilho e tanto bastou que o denunciassem e lhe fosse fechada a porta do Seminário”, que só posteriores solicitações abriram. (*Cardeal D. José da Costa Nunes. In memoriam*, já cit., p. 89-90).

Em suma, estamos perante uma personalidade que se destacou pelo seu contributo em prol da missionação católica. No Oriente, as estatísticas comprovam que o seu esforço pastoral foi um sucesso. À frente de uma diocese geograficamente muito extensa e com mais de seis milhões de habitantes, o Cardeal D. José da Costa Nunes dedicou-se a consolidar a presença missionária portuguesa no Oriente, superintendendo oito colégios, dois asilos, um seminário, um instituto de artes e ofícios, uma escola de artes e ofícios, 40 escolas com mais de 2.000 alunos dos dois sexos, e coordenando as tarefas de 65 missionários, 58 religiosas, 124 professores e 25 catequistas. Os resultados deste esforço manifestam-se na duplicação do número de praticantes católicos (de 29.628 para 50.916) e do número de baptismos, que passou de 2.903 para 9.147 (mais 6.244), e no recrutamento de mais recursos humanos: 75 religiosas, 23 missionários, 207 professores e 348 catequistas ⁸¹. A fundação de uma escola para rapazes chineses em 1931, a cargo dos Padres Salesianos, e de um colégio feminino, sob a responsabilidade das Franciscanas Missionárias de Maria; a protecção que concedeu à Acção Católica, a fundação da Missão de N^a Sr^a de Fátima, a fundação do Convento de Carmelitas Contemplativas e de uma Casa de Regeneração, sob a égide das irmãs de N^a Sr^a dos Anjos, são apenas alguns dos exemplos do legado que D. José deixou no Oriente.

⁸¹ *Ibidem*, p. 30.